

Sarney assegura que as emendas foram o 1º passo

"Não é tudo, mas é o primeiro passo" — afirmou, ontem, o senador José Sarney, a respeito das reformas políticas propostas pelo governo federal e que tiveram em sua pessoa o relator de Comissão Mista do Congresso que as aprovou e encaminhou ao plenário, esta semana. O senador maranhense, esteve, ontem, no Palácio dos Bandeirantes, para abraçar o governador Paulo Egydio, que disse ser "um velho companheiro dos tempos de universidade", e almoçar com o chefe da Casa Civil, Afrânio de Oliveira.

O senador da Arena não aceitou as críticas do MDB de que a rejeição das emendas do partido oposicionista, embora uma ação legal, não tinha sido leal. Para ele, a política deve ter sempre uma base ética, "e o MDB sabia e sabe perfeitamente quais são os requisitos e tramitação regimental de todo o processo legislativo". Acrescentando que agiu dentro dos limites estritos do regimento, acentuou que, sobretudo, esteve voltado para o grande interesse nacional, "que é a restauração do Estado de Direito". Em sua opinião, "isto devia estar acima de todos nós, politicamente, para que a Nação pudesse atingir esse anseio de reencontrar o Estado de Direito". Afirmando que foi com este objetivo que participou como relator das reformas, criticou a ação oposicionista dizendo que "esperava que o MDB tivesse outra visão desse passo decisivo e não uma visão absolutamente partidária e, muitas vezes, com preocupação para problemas de natureza eleitoral e política em lugar de pensar nas reformas que buscam criar instituições definitivas no Brasil". O senador concorda, entretanto, que o atual projeto de reformas políticas

"não é tudo, mas é o primeiro passo".

Analisando algumas críticas que são feitas às reformas, o senador discorda de a presença do presidente da República no Conselho Constitucional possa influenciar as decisões. Para ele, a função do Conselho é consultiva e não deliberativa, pois serve para aconselhamento do presidente e a responsabilidade do ato tomado é dele. Lembrou que pela sua emenda, o Conselho não pode mais receber outros membros, sendo composto unicamente pelos presidentes da República, do Senado e da Câmara, além do vice-presidente e dos ministros da Justiça e um da área militar.

Outra crítica refere-se à ausência de elementos do Judiciário no Conselho Constitucional, mas o senador considera que é muito mais importante para a democracia, o Judiciário continuar como poder revisor, já que sua função constitucional é de controle dos outros poderes.

José Sarney também não concorda que, podendo decretar o estado de emergência sem consultar o Congresso, o cargo de presidente da República continue muito poderoso. Afirmou que o presidente só pode decretar o estado de emergência quando se configurarem as situações que a Constituição determina. Acha que não se pode deixar o presidente, ocorrendo uma dessas situações, sem poder usar os poderes que lhe são inerentes para preservar a soberania nacional. Lembrou que, posteriormente, todos os atos que o presidente praticar ficarão sujeitos ao controle do Congresso e do Judiciário, pois, na Constituição, continuam figurando os casos de crime de responsabilidade presidencial.